

“A fronteira sul da Europa está no norte de África”: milhares de pessoas arriscam atravessar o Mediterrâneo e “provavelmente” vão continuar

[E expresso.pt/sociedade/migracoes/2023-09-24-A-fronteira-sul-da-Europa-esta-no-norte-de-Africa-milhares-de-pessoas-arriscam-atravesar-o-Mediterraneo-e-provavelmente-va-continuar-cao0e6ff](https://expresso.pt/sociedade/migracoes/2023-09-24-A-fronteira-sul-da-Europa-esta-no-norte-de-Africa-milhares-de-pessoas-arriscam-atravesar-o-Mediterraneo-e-provavelmente-va-continuar-cao0e6ff)



O destino há anos que é o mesmo: a Europa. A forma de lá chegar também pouco mudou: o centro do Mediterrâneo. O ponto de partida oscila: já foi Marrocos ou Líbia, agora é a Tunísia. Atualmente é de lá que cerca de 70% das chegadas a Itália têm origem, confirma ao Expresso a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

“O que é novo este ano é esta sub-rota do Mediterrâneo Central da Tunísia para Itália (especificamente Lampedusa), que se sobrepôs ao percurso da Líbia”, assegura um porta-voz da OIM, admitindo que esta deve continuar a ser a principal porta de entrada de imigração ilegal na Europa até ao final do ano e durante “um futuro próximo”. “Esta não é uma crise em termos dos números de pessoas que estão a chegar, mas é uma crise humanitária porque estas rotas são perigosas e demasiadas pessoas continuam a morrer. Salvar vidas deve ser, a todo o custo, a prioridade.”

Além desta rota, mantêm-se ainda ativos mais **quatro caminhos que têm a Europa como destino: o Mediterrâneo Ocidental (entre Marrocos e norte de África), a África Ocidental/Atlântico (entre a costa da Mauritânia e as ilhas Canárias), o Mediterrâneo Oriental (ilhas gregas) e, por fim, os Balcãs.**

“É impossível travar a água e, eventualmente, as barragens começam a abrir fissuras. [A Europa] “Tem tentado criar a barragem e as pessoas, tal como a água, vão à procura das fissuras”, compara Carlos Nolasco

“Há algum tempo que a Europa tenta pôr uma barreira. A verdade é que as pessoas estão relativamente bem informadas, sabem perfeitamente que vão pôr a vida em risco, tal como sabem quando se torna mais difícil atravessar em algum local em concreto. Com esta informação, alteram as suas rotas”, explica Cátia Batista, diretora científica do NOVAFRICA. “A rota central está novamente com grande fluxo e é isso que temos visto nas últimas semanas. Nos últimos meses, excluindo 2015, estamos a atingir máximos históricos na rota do Mediterrâneo”, continua.

Já Carlos Nolasco, investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, recorre a uma metáfora para explicar o que acontece: “é impossível travar a água e, eventualmente, as barragens começam a abrir fissuras”. Para o especialista em migrações (integra o Núcleo de Estudos sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz), a Europa “tem tentado criar a barragem e as pessoas, tal como a água, vão à procura das fissuras”. “As pessoas querem migrar e arranjam forma de o fazer. A rota do Atlântico [para as Canárias] sempre existiu, mas deixou de ser tão procurada por ser mais violenta. Com a queda de Muammar Kadhafi na Líbia, as rotas tornaram-se mais fáceis”, explica. Nos últimos anos o território líbio tem sido o principal ponto de partida para a Europa. “A situação na Líbia complicou-se e as pessoas passaram a sair pela Tunísia. **Se o Governo tunisino mantiver a dura postura e ação repressiva que tem hoje em dia, provavelmente, as pessoas vão começar a partir pelo Egito ou regressar à velha fronteira marroquina.**”

“Estas pessoas estão a sair de situações de risco. Não é apenas melhorar um bocadinho a sua qualidade de vida, estão a tentar garantir o seu bem-estar e das suas famílias na origem”, refere Cátia Batista

Também as motivações de quem tenta entrar se mantêm ao longo dos anos, vincam os dois especialistas. “É a procura de uma vida digna. Há muito que nas Nações Unidas se fala da necessidade de ampliar a definição de refugiado. Pode não haver guerra ou perseguição política, mas há ausência de vida económica ou infraestruturas, que tornam o quotidiano tão frágil, que têm de procurar alternativas”, diz Nolasco. “As alterações climáticas também estão a tornar cada vez mais difícil a possibilidade de viver da agricultura de subsistência. Por outro lado, a pandemia causou uma crise económica em todo o mundo e, por isso, as pessoas fazem o possível e impossível para tentar melhorar as condições de vida”, acrescenta Batista. “Estas pessoas estão a sair de situações de risco. Não é apenas melhorar um bocadinho a sua qualidade de vida, estão a tentar garantir o seu bem-estar e das suas famílias na origem”, continua.

De acordo com a plataforma “Missing Migrants”, um projeto desenvolvido pela OIM, desde 2014, **22.341 pessoas morreram ou desapareceram enquanto percorriam a rota do Mediterrâneo Central. Nunca morreram tantos menores de idade como em 2023 (80).**

“Falta vontade para uma solução”

É comparando a situação da última década com o que aconteceu em reação à guerra na Ucrânia que o investigador Carlos Nolasco acusa a Europa de “extremo preconceito” para explicar, em parte, a falta de soluções institucionais para resolver o problema. “Em 2015, mais de um milhão de entradas descontroladas provocou um discurso apocalíptico em alguns Estados, mas no ano passado, quando assistimos à entrada controlada de 5,7 milhões de pessoas da Ucrânia, isso não aconteceu. Foi uma entrada controlada em que os Estados tiveram capacidade de fazerem este acolhimento e atribuíram o estatuto de proteção temporária. Se quisermos fazer uma leitura simplista é que há um conjunto de preconceitos nestes processos de entrada”, diz.

“É possível encontrar soluções se não houver cobardia em abrir as portas à diversidade”, defende Carlos Nolasco

Ao contrário do que aconteceu na última década, **com o conflito ucraniano toda a União Europeia se disponibilizou para acolher quem fugisse do país devido à guerra. A cada uma destas pessoas foi de imediato atribuído um estatuto de proteção temporária** (que é diferente da figura legal de refugiado), que permite acesso aos serviços de saúde e tributários, por exemplo, assim como a entrada no mercado de trabalho (algo que não acontece com os refugiados). “Já foi estudado que se perderam milhões por não ser permitido o acesso ao mercado laboral durante a crise síria”, acrescenta Cátia Batista, defendendo a igualdade de possibilidades.

Nolasco aponta ainda a “falta de imaginação” por parte das instituições europeias para criar soluções a longo prazo que resolvam a questão e, vinca, em parte devido a alguma “cobardia” dos Estados-membros. “É possível encontrar soluções se não houver cobardia em abrir as portas à diversidade. Se as pessoas emigram de quadrantes diferentes, é normal que tragam a sua tradição e cultura. Sabemos que é este cruzamento que faz com que se sobreviva às adversidades, mas é preciso essa predisposição”, defende o investigador. E continua, acrescentando que a visita de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, à ilha de Lampedusa tornou evidente que não há uma política consertada. “Há muitos Estados com posicionamentos extremados, o discurso [político] de há dez anos é quase o mesmo que está a ser replicado neste momento. É paradoxal que num continente envelhecido, com necessidade de emigrantes, isto seja um problema político.”

Os acordos europeus com países como a Líbia, a Turquia e a Tunísia (que foi recentemente renovado, tornando-a recetora de mais financiamento para o controle migratório) são criticados pelos dois especialistas. “Resolveu-se parcialmente o problema em 2016 pagando à Turquia para que não deixasse as pessoas passarem a fronteira. Posteriormente este acordo foi renovado com outros países como Marrocos ou Líbia, agora passa-se o mesmo com a Tunísia, mas nestas fronteiras há uma ação repressiva por parte das autoridades locais. A fronteira sul da Europa está no norte de África e todo o Mediterrâneo é policiado”, sublinha Nolasco.

“Temos de ser realistas, não há uma solução rápida ou mágica”, diz a OIM

O investigador acredita a Europa tem preferido pagar, numa tentativa (quase) de “exportar o problema”, Cátia Batista, por seu lado, defende a urgência de trabalhar nos países de origem e dar alternativas às pessoas que “arriscam as suas vidas nestas rotas migratórias em condições muito dramáticas”.

“Os consulados deviam ter vias legais de migração para a Europa, as pessoas nestes países não têm como obter um visto para virem trabalhar, precisam de um caminho legal e seguro que lhes dê esperança”, começa por sugerir Cátia Batista. E continua: “é preciso dar formação técnica profissional, que permita a estes eventuais migrantes ter outras oportunidades de vida no país de origem, além disso, é importante tentar promover migração regional, porque muitas vêm das zonas rurais e, de facto, têm a imagem da Europa como um El Dourado em que ficam com a vida garantida”.

Para a OIM a solução nunca será “simples”, é necessário ter como prioridade uma resposta “equilibrada, compreensiva e internacional”. De acordo com as respostas do porta-voz daquela instituição, é necessário fazer progressos quer na parte legal quer na gestão de fronteiras, assegurando sempre os direitos fundamentais de todas as pessoas envolvidas nestes processos. “Temos de ser realistas, não há uma solução rápida ou mágica. Isto só pode ser alcançado com uma perspetiva a longo prazo, que procure soluções estruturais baseadas numa genuína parceria internacional.”